

Aprendizagem Profissional em Risco – Por Lucas Baldisserotto – CEO CIEE-RS - Em junho/22

Um sinal de alerta foi aceso para o futuro de um dos principais programas de inserção de jovens no mercado de trabalho no Brasil. O Ministério do Trabalho e Previdência tem cogitado recalcular as cotas de preenchimento do Programa de Aprendizagem. Caso avance, a proposta reduzirá drasticamente as oportunidades aos jovens em vulnerabilidade social em todo o país.

Com certa insistência, temos acompanhado projetos similares, que alteram as regras da aprendizagem, sempre em prejuízos aos jovens. De acordo com a Lei de Aprendiziz (10.097/2000), as empresas de médio e grande portes devem contar com pelo menos 5% de aprendizes em seu quadro de colaboradores. Esta contratação é feita por meio de instituições especializadas, que realizam a capacitação e o acompanhamento psicossocial dos aprendizes. Em contrapartida as empresas recebem incentivos para essas contratações, como menor recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

Já consolidado e afirmado o programa se tornou a principal porta de entrada do público vulnerável de 14 a 18 anos no mercado formal. Funciona também como estratégia de prevenção de envolvimento com drogas e criminalidade. O que se discute agora em Brasília é uma mudança que cortará parte dessas vagas.

Não se pode barganhar com o futuro dos nossos jovens – que na realidade, é o nosso próprio futuro como nação. A aprendizagem assegura que, todo ano, 500 mil pessoas ocupem vagas em grandes empresas. De forma estruturada, estes jovens se ambientam a um cenário corporativo, aprendem a trabalhar em grupo, geram renda para suas famílias e tomam conhecimento de tarefas como atendimento ao cliente, auxílio administrativo, organização de arquivos, trabalho com planilhas e sistemas, entre outras.

Não podemos nos dar ao luxo de agravar um quadro em que 12 milhões de jovens já estejam totalmente ociosos – nem estudam e nem trabalham. O que o Brasil precisa é proteger e reforçar os programas sociais que funcionam – e não enfraquecer aqueles que têm assegurado inclusão e igualdade social em um país que já enfrenta tantos desafios.